

# JÚLIO RECEBE GRANDE MEDALHA DA INCONFIDÊNCIA EM RECONHECIMENTO AO SEU TRABALHO NO CONGRESSO NACIONAL

Júlio foi agraciado pelo Governo de Minas com a Grande Medalha da Inconfidência, no Dia de Tiradentes, comemorado em Ouro Preto.

O deputado recebeu a honraria

das mãos do Governador Aécio Neves, que fez questão de reconhecer a atuação de destaque do parlamentar de Juiz de Fora, alicerçada na ética, no compromisso com seus representados

e na transparência de suas ações.

Júlio foi eleito pelos analistas políticos da imprensa nacional o melhor deputado federal de Minas Gerais e o único entre os 30 melhores do Brasil.



Jornal Nosso Voto - Órgão Informativo do Gabinete do Deputado Federal Júlio Delgado, Setembro de 2008 - Ano VI - nº. 15  
Expediente: Jornalista Responsável: Paulo César Marques / Repórter: Raquel Machado / Contato: e-mail: pcmarquess@gmail.com

*Você Vota. A Gente Faz.*

# NOSSO VOTO

[www.juliodelgado.com.br](http://www.juliodelgado.com.br)

REMETENTE:  
Rua Pe. Café, 36  
São Mateus - CEP: 36016-450  
Juiz de Fora - MG



IMPRESSO  
ESPECIAL

## COMPROMISSO EM GARANTIR A REPRESENTATIVIDADE DA ZONA DA MATA NA CÂMARA FEDERAL

**D**urante o processo de discussões de possíveis candidaturas a prefeito de Juiz de Fora, o nome do deputado Júlio Delgado surgiu como opção de mudança, como uma alternativa que aliava novas idéias, ética e coragem para enfrentar desafios.

Entretanto, a decisão de ser ou não candidato a prefeito não é um ato isolado, em que o desejo pessoal ou de um grupo se sobrepõe à própria realidade.

Júlio conversou muito, ouviu as ponderações de seu grupo político, de companheiros de outros partidos, das executivas estadual e nacional do PSB, do Governador Aécio Neves e, principalmente, daqueles que o acompanham em vários municípios da Zona da Mata.

Do governador Aécio Neves, Júlio ouviu que sua pos-



sível candidatura a prefeito de Juiz de Fora seria muito bem recebida pelo Palácio da Liberdade, mas que era importante avaliar a importância de se manter como representante de Minas Gerais na Câmara Federal.

Em suas ponderações, Júlio considerou o fato de a Zona da Mata mineira passar por um processo de empo-

brecimento que precisa ser revertido. A região depende de uma representação atuante em Brasília, que esteja preocupada com o seu desenvolvimento.

Como único deputado federal do PSB mineiro, Júlio tem, ainda, a responsabilidade de contribuir para o crescimento do partido. Nessas eleições, o PSB está disputan-

do a prefeitura em aproximadamente 100 municípios mineiros, além de se consolidar como aliado importante em cidades como Juiz de Fora, numa demonstração de força dos seus quadros e de suas lideranças.

Esses são alguns dos motivos que levaram o deputado Júlio Delgado a abrir mão de uma candidatura para apoiar o seu pai, Tarcísio Delgado. Ele sabe que Juiz de Fora precisa da experiência e da força moral de Tarcísio para resgatar sua auto-estima e voltar a sorrir.

E, como representante de Juiz de Fora e da Zona da Mata no Congresso Nacional, Júlio continua sua luta por recursos como os previstos para a compra da Mata do Krambeck pela Universidade Federal de Juiz de Fora, para a recuperação de rodovias federais que cortam o estado, para

investimentos em saúde, educação, infra-estrutura, esporte e lazer.

Seu mandato está voltado também para as grandes questões nacionais, debatidas em comissões importantes como a de Defesa do Consumidor e que repercutem na vida de todos os brasileiros.

Por tudo isso, Júlio Delgado foi eleito o melhor deputado federal de Minas Gerais e o único a integrar o grupo dos 30 melhores do país pelos analistas políticos dos grandes veículos de comunicação que acompanham o dia-a-dia em Brasília.

É com esse representante que os próximos prefeitos e vereadores a serem eleitos em 5 de outubro nas cidades da Zona da Mata poderão contar como parceiro de seus mandatos.

# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA HOMENAGEIA JÚLIO DELGADO COM O TÍTULO DE CIDADANIA BENEMÉRITA



**N**uma solenidade simples e, ao mesmo tempo emocionante, o deputado federal Júlio Delgado foi agraciado com o Título de Cidadão Benemérito de Juiz de Fora. O evento, realizado no dia 19 de maio, contou com a presença de um grande número de amigos, familiares, lideranças políticas, empresariais e comunitárias que lotaram o Salão Nobre da Câmara Municipal. A iniciativa do Projeto de Lei foi do vereador José Sóter de Figueirôa, que em seu discurso ressaltou a coragem, a ética, a competência e a determinação do homenageado, considerado pela mídia especializada o melhor deputado federal de Minas Gerais e um dos 30 melhores do Brasil.

Júlio agradeceu o reconhecimento de seu trabalho iniciando seu discurso com uma



■ **Júlio recebe homenagem em solenidade prestigiada por um grande número de pessoas**

homenagem emocionada a seu tio Procópio José de Andrade Filho, que completou 87 anos e, ainda hoje, é um companheiro entusiasmado e atuante nas campanhas de Júlio e de Tarcísio Delgado. Júlio fez um relato da sua vida polí-

tica com “um exercício para que possamos demonstrar a importância que este título representa para mim e para todos que fazem até aqui parte desta história. Afinal, temos muito caminho pela frente e é fundamental termos em men-

te o que foi feito, para reforçarmos a nossa coragem, mantermos nosso compromisso e amplificar nossa motivação, porque sempre encontraremos pedras e obstáculos no meio do caminho”.

Sobre Juiz de Fora e o seu comprometimento com o resgate da política local, Júlio lembrou Cazuza, “um poeta que marcou minha geração e foi crítico mordaz das mazelas brasileiras, “o tempo não pára ... e não podemos desembarcar no passado”. É isso, senhoras e senhores, temos de seguir em frente, conscientes de que a arte de fazer política está na sua capacidade de renovação. Renovação que se possa acreditar, com segurança nas nossas decisões. É este o sentimento que permeia todas as discussões em nossa cidade”.

O deputado encerrou seu

discurso fazendo um alerta a todos que direta ou indiretamente participarão das próximas eleições municipais. “Não podemos simplesmente falar em novo nome no cenário político local. Nossa cidade passa por um momento difícil, que nos envergonha a todos. Mas temos que ter cautela e responsabilidade para que não cometamos novos erros. A cidade não se permite um outro equívoco. Mudança, aqui em Juiz de Fora, tem que ser sinônimo de confiança. As forças políticas dessa cidade, os homens e mulheres de bem de nossa Juiz de Fora, têm que se despir das vaidades pessoais e partidárias para, juntos, buscarmos construir pontes para o consenso e pavimentar o cenário que trará um novo amanhecer para nossa querida Juiz de Fora”.

## JÚLIO PARTICIPA DAS ELEIÇÕES EM MAIS DE 40 MUNICÍPIOS

Como um dos 53 deputados federais eleitos para representar os municípios mineiros no Congresso Nacional, Júlio Delgado tem procurado construir um mandato participativo e transparente, tornando-se um parceiro dos prefeitos e vereadores. Um deputado para atuar na liberação de verbas federais e investimentos em programas sociais, precisa ter a seu lado prefeitos que administrem com eficiência e seriedade, e vereadores que cobrem e fiscalizam a correta aplicação dos recursos.

Para que as emendas parlamentares sejam liberadas pelos Ministérios, as Prefeituras devem apresentar projetos bem elaborados e ter vontade política para persistir na busca pelos investimentos. Além disso, é fundamental estar em dia

com as contas públicas e a lei de responsabilidade fiscal, para que as transferências federais possam ser efetivadas.

Por tudo isso, Júlio Delgado tem procurado apoiar, nas eleições municipais, companheiros que ele já conhece e pode confiar. São candidatos a prefeito e vereador em mais de uma dezena de cidades, que contam com a presença e a parceria de Júlio, não só no período eleitoral, mas durante todo o mandato.

Veja abaixo, a relação de municípios em que Júlio Delgado tem base eleitoral e trabalha ativamente pela vitória de seus companheiros no próximo dia 5 de outubro.

- Alagoa
- Além Paraíba
- Arantina
- Baependi



■ **Júlio participa da campanha a prefeito de Além Paraíba**

- Bela Vista de Minas
- Bias Fortes
- Bicas
- Cambuquira
- Careacú
- Carmo da Cachoeira
- Cataguases
- Chácara
- Descoberto
- Esmeraldas
- Estrela D'Álva
- Heliodora
- Jequitibá
- Juiz de Fora

- Laranjal
- Leandro Ferreira
- Liberdade
- Lima Duarte
- Mar de Espanha
- Natércia
- Olaria
- Pedro Teixeira
- Pirapetinga
- Pitangui
- Pompeú
- Rio Pomba
- Rio Preto
- Santa Bárbara
- Santana do Deserto
- Santos Dumont
- São Bento do Abade
- São Gonçalo do Sapucaí
- São Sebastião do Rio Verde
- Simão Pereira
- Três Corações
- Virgínia
- Visconde do Rio Branco



# JÚLIO CONSEGUE REDUÇÃO DE ALÍQUOTA PAGA POR LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

**D**esde julho deste ano, os laboratórios de análises clínicas estão pagando menos pelo Imposto de Renda e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). A redução da alíquota, que passou de 32% para 8% do faturamento, só foi possível após o empenho do deputado Júlio Delgado em viabilizar a proposta.

Autor de um projeto de lei que trata deste assunto, o parlamentar buscou apoio junto aos colegas parlamentares para incluir o



texto de seu projeto na Medida Provisória 413/2008 e assim agilizar sua aprovação. "Dada a relevância do assunto, não podíamos esperar a tramitação de nosso projeto, que poderia levar meses e até anos para ser con-

cluída", explica.

Segundo Júlio, os laboratórios são fundamentais para a qualidade do atendimento médico-hospitalar e, portanto, não poderiam ficar excluídos do benefício. "Os hospitais já eram favorecidos com a alíquota diferenciada, nada mais justo que os laboratórios também fossem, já que é o trabalho prestado por eles que garante a precisão no diagnóstico dos pacientes. São atividades complementares e, portanto, merecem o mesmo tratamento", ressalta Júlio.

# JÚLIO MOSTRA MAIS UMA VEZ SUA CAPACIDADE DE ATUAÇÃO NA CÂMARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS TERÃO DIREITO AO MESMO REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO

A Comissão Especial do Salário Mínimo presidida pelo deputado Júlio Delgado aprovou sua proposta que garante aos aposentados e pensionistas o mesmo índice de reajuste concedido ao salário mínimo. "Foi uma decisão corajosa e soberana, que faz justiça a uma grande parcela de trabalhadores que contribuíram a vida inteira com a previdência social e que hoje vêem seus rendimentos e padrão de vida serem achatados e corroídos pela inflação", declarou.

Júlio atuou de forma incisiva e corajosa para garantir a aprovação da medida que vai beneficiar mais

de 8 milhões de trabalhadores. "Agora, convoco todos os aposentados e pensionistas que juntem-se a nós nessa luta e acompanhem o processo de votação, para que a Câmara de Deputados ratifique a decisão já tomada no Senado Federal e na Comissão Especial. O que nos move é o sentimento de justiça e a certeza de que a nossa voz e o nosso empenho devam estar a serviço daqueles que ajudaram a construir este país e merecem desfrutar de uma aposentadoria digna, com regras claras que garantam um mínimo de estabilidade para seus proventos".

## Responsabilidade Social

# CÂMARA APROVA PROJETO SOBRE SEGURANÇA ELABORADO POR JÚLIO DELGADO

A Câmara aprovou, no dia 14 de maio, o Projeto de Lei Nº 1905/2007 do deputado Júlio Delgado que prevê aumento na pena base para maiores que, tendo cometido crimes, também sofreram medidas sócio-educativas correspondentes quando na adolescência. Seu objetivo é coibir o sentimento de impunidade desses infratores, já proporcionando na menor idade responsabilidade sócio-criminal sem a necessidade de reduzir a idade penal. O projeto faz parte de uma série de medidas aprovadas no sentido de modernizar a legislação sobre segurança pública.

"Hoje, muitos juízes já levam em conta o passado do infrator no momento de dosar a pena. Com o nosso projeto, passa a ser obrigatório, ao analisar a conduta social e a personalidade do agente, que o juiz observe a existência de medida sócio-educativa aplicada ao agente por ato



Júlio apresenta seu projeto na abertura da Semana Jurídica da Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora

infracional correspondente ao crime pelo qual está sendo julgado". Júlio ressalta que a sua proposta não significava qualquer tipo de retrocesso aos direitos fundamentais dos jovens tutelados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. "Apesar de defendermos os direi-

tos adquiridos por essa parcela social, não podemos fechar nossos olhos para o fato de que a certeza de que os atos infracionais não terão qualquer repercussão em suas vidas após a maioridade é um fator de estímulo à delinquência infanto-juvenil".

# JÚLIO ATUA PARA AGILIZAR APROVAÇÃO DO ACORDO DE RECIPROCIDADE QUE FACILITA A VIDA DOS BRASILEIROS RESIDENTES NA ESPANHA

Defensor do mandato participativo, o deputado Júlio Delgado (PSB) sensibilizou-se com o drama vivido pelos brasileiros residentes na Espanha que precisam dirigir pelo país. Durante os últimos dois meses, o parlamentar recebeu mais de 100 e-mails com pedidos de ajuda para agilizar a tramitação do acordo de reciprocidade, assinado em 2007, que permite aos brasileiros dirigir pelo território espanhol com a Carteira de Habilitação brasileira. "Trabalhamos para sensibilizar os líderes partidários e assim que conseguimos liberar a pauta de votações, trancada por diversas medidas provisórias ao longo deste ano, aprovamos o projeto no dia 13 de agosto".

Segundo o parlamentar, atualmente o custo para se obter a permis-

são é muito alto, além de extremamente complicado. "Muitos compatriotas que vivem naquele país estão enfrentando sérias dificuldades, muitos até deixaram de trabalhar por causa das restrições impostas.

Segundo o acordo, a permissão para dirigir com o documento estrangeiro é de 180 dias em cada país. Caso haja necessidade de permanência do cidadão estrangeiro por período superior a seis meses, será necessária a emissão de uma carteira nacional, de acordo com as normas do país onde o condutor estiver. Para obter esse documento, haverá um processo simplificado de avaliação do motorista pelas autoridades locais. O texto prevê ainda um intercâmbio permanente entre os dois países sobre os procedimentos para a emissão da carteira.



# JÚLIO DELGADO APRESENTA RELATÓRIO REJEITANDO A CONVENÇÃO 158 DA OIT E ASSEGURA OS DIRETOS TRABALHISTAS CONQUISTADOS AO LONGO DE ANOS DE LUTA

**A**o rejeitar a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o deputado federal Júlio Delgado garantiu a manutenção de importantes direitos trabalhistas. A decisão de Júlio foi corajosa e gerou alguma polêmica entre o meio sindical porque a proposta analisada superficialmente parece benéfica ao trabalhador, uma vez que impede a dispensa sem justa causa, cria uma falsa estabilidade no emprego. Se aprovada a Convenção, as demissões só poderiam ocorrer no caso de modernização da empresa, por dificuldades financeiras ou pela inadequação do funcionário ao serviço. “Hoje, ao ser demitido o trabalhador sabe exatamente quanto terá direito a receber de indenização, Fundo de Garantia, férias e 13º salário. Caso aprovássemos a mudança na legislação brasileira, caberia a um juiz decidir sobre a demissão, o que poderia demorar meses. Nesse período, o trabalhador ficaria sem receber seu salário e sem saber o que iria acontecer com sua vida profissional”, ressalta.

Além disso, Júlio explica que haveria um grande risco de extinção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966 para compensar

**A aprovação da Convenção 158 implicaria num grande risco de extinção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço criado em 1966 para compensar o fim da estabilidade no emprego.**

**TRABALHO**

## Comissão rejeita o fim da demissão imotivada

Proposta de adesão do País à Convenção 158 da OIT ainda poderá ser aprovada na Câmara

**Denise Madueño**  
BRASILIA

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados rejeitou o texto da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão das Nações Unidas, que proíbe a demissão imotivada de empregados. Conhecida com Convenção 158, o texto estabelece os motivos em que o empregador poderá demitir um funcionário.

Entre os casos de demissão previstos na convenção está aquele em que ficar constatado que a empresa passa por dificul-

dades financeiras. Outro caso permitido é quando a empresa passa por processo de mudanças tecnológicas ou, ainda, quando há comprovação de que o empregado não pode exercer as suas funções.

O parecer do relator na comissão da Câmara, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), pela rejeição da proposta foi aprovado por 20 votos contra 1, do deputado Nilson Mourão (PT-AC). Delgado considerou desnecessária a ratificação da Convenção 158 pelo Brasil. Segundo ele, a legislação brasileira já protege o trabalhador.

“Em função do enorme prejuízo para os trabalhadores, para a geração de empregos, para o crescimento interno e a competitividade internacional do País, aponta-se para a desnecessidade da adoção da convenção”, argumentou o deputado.

Em seu parecer, Júlio Delgado aponta que 34 países, dentre os 181 países que fazem parte da Organização Internacional do Trabalho, adotam a convenção. Segundo ele, esses países podem ser divididos em dois grupos. O de baixo nível de desenvolvimento, sem qualquer mecanismo de proteção ao traba-

lho, e, no outro extremo, países que possuem economias muito fortes, renda per capita elevada, contratos especiais de trabalho e benefícios previdenciários generosos.

Para Delgado, o Brasil está entre os dois extremos. “A convenção não é adotada pelos países do Mercosul nem pelos países emergentes que competem com o Brasil”, informou o parlamentar.

O líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), lamentou a rejeição da adesão do Brasil à convenção e disse que vai insistir em sua aprova-

QUINTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2008 | ECONOMIA B5

demissões; ao contrário, gera um regramento civilizatório no processo de demissão”, afirmou Fontana.

Os que defendem a adesão à Convenção 158 argumentam que ela poderá frear uma excessiva rotatividade no mercado de trabalho e acabar com o artifício de algumas empresas de dispensar funcionários para contratar outros para os mesmos cargos, com salários menores.

Os contrários consideram que a adesão à convenção poderá inibir a criação de novos empregos e a dificuldade de demissão de funcionários levará empresários a não criarem novas vagas. Outro possível problema, argumentam, são as demissões que poderiam ocorrer antes da entrada em vigor da convenção.

### Deputados temem que a medida iniba a contratação de mão-de-obra

Mas a palavra final caberá ao plenário da Câmara.

“Considero a votação equivocada. A convenção não proíbe

o fim da estabilidade no emprego. “O retorno da estabilidade criaria uma forte pressão para o fim deste direito, líquido e certo nos dias de hoje, ou seja, este seria mais um fator de instabilidade que criaríamos com a aprovação da Convenção”. Mas Júlio declara que o que mais pesou em seu relatório foi a previsível redução das vagas no mercado de trabalho e a conse-

quente elevação do número de desempregados. “O texto da Convenção é claro. Se aprovada, ela entraria em vigor um ano após sua ratificação. Nesse período, provavelmente haveria demissões em massa, uma vez que o empresariado não iria arriscar continuar com um empregado em seus quadros, sabendo que no futuro seria muito difícil dispensá-lo”, revela.

Em seu relatório, Júlio faz

O GLOBO Quinta-feira, 3 de julho de 2008

## Proposta de criar regras contra a demissão sem justa causa é rejeitada

Relator do projeto na Comissão de Exteriores na Câmara pede arquivamento

Isabel Braga

Alton de Freitas/31.10.2005

BRASILIA. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara rejeitou ontem, por 20 votos a 1, a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que cria regras contra a demissão sem justa causa na iniciativa privada. O relator da proposta, Júlio Delgado (PSB-MG), propôs o arquivamento da mensagem presidencial que pede a ratificação da convenção, mas há divergências sobre a continuidade ou não da tramitação. O governo lutará pela aprovação da convenção.

O líder do PT, Maurício Rands (PE), disse que a convenção continuará tramitando na Câmara e que o partido tentará aprovar sua ratificação em plenário. A assessora técnica da Câmara está analisando o pedido de arquivamento para saber se, mesmo rejeitada numa comissão, a convenção será apreciada por outras duas comissões como estava previsto inicialmente: a de Trabalho e a de Constituição e Justiça.

A proposta, defendida há anos pelas centrais sindicais com apoio do governo, encontrava resistência na própria base aliada. Júlio Delgado, que é de um partido aliado, o PSB, apresentou parecer contra a ratificação, alegando que a convenção é desnecessária e enfatizando que a legislação trabalhista bra-

sileira protege o trabalhador. Apenas o petista Nilson Mourão (AC) votou contra o parecer de Delgado, na Comissão de Relações Exteriores.

— Ela (a convenção) é desnecessária. Não é adotada pelos países do Mercosul e nem por países emergentes que competem com o Brasil — justificou Delgado.

O líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), criticou a decisão: — Considero um equívoco.

vam presentes na votação. Ele afirmou que, em reunião da bancada, antevendo, a decisão foi de apoio à ratificação da convenção.

— Vamos lutar pela aprovação, e a última batalha será em plenário. Essa convenção é importante porque trará maior equilíbrio na relação capital-trabalho — disse Rands.

**Funcionário pode recorrer à Justiça contra demissão**

A Convenção 158 da OIT prevê que a empresa deve explicar ao funcionário, por escrito, as razões da demissão. Se o trabalhador não aceitar as justificativas, pode recorrer à Justiça, que leva até um ano para decidir se a empresa tem ou não motivos para desligar o funcionário. Caso a Justiça entenda como fráguas as razões, o trabalhador pode ser reintegrado.

No relatório, Delgado argumentou que, das 181 nações que compõem a OIT, apenas 34 ratificaram a convenção, a maioria países pobres e sem qualquer mecanismo de proteção ao trabalho, como Camarões e Etiópia. Também são signatários da convenção países de economias fortes, como Finlândia e França. Não é o caso do Brasil, disse Delgado, indicando que a legislação brasileira tem garantias trabalhistas, não é tão rigoroso quanto países europeus e precisa gerar muitos empregos.

uma análise comparativa levantando a situação de países em diferentes estágios de desenvolvimento. Dos 181 países que compõem a OIT, apenas 34 adotaram a Convenção 158. A maioria destes são países africanos que não contam com nenhuma forma de Justiça Trabalhista como a existente no Brasil. No outro extremo, alguns países desenvolvidos também assinaram a Convenção, como a França e a Espanha. Ape-

sar de terem uma economia muito mais forte que a brasileira, tais países enfrentam grave crise trabalhista. Em recente entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo, o Ministro Espanhol da Economia, Pedro Solbes, definiu a crise como uma das mais complexas que o país já enfrentou e sugeriu a redução salarial como medida de manutenção dos empregos.

Júlio explica, ainda, que os mais prejudicados seriam os jovens que encontrariam um mercado de trabalho com as portas praticamente fechadas para novos. “A dificuldade em dispensar um empregado intimidaria as empresas a criarem novos postos. O que precisamos é criar mecanismos que protejam o trabalhador sem inibir a economia. Nossa legislação atual é moderna, adequada à realidade da eco-

**Dos 181 países que compõem a OIT, apenas 34 adotaram a Convenção 158. A maioria destes são países africanos que não contam com nenhuma forma de Justiça Trabalhista como a existente no Brasil.**

nomia globalizada. O que precisamos fazer é aperfeiçoá-la e não perdermos tudo aquilo que conquistamos com muita luta com uma medida que fará o país andar para trás”, afirma.

O deputado lembra que recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e do Ipea mostra um crescimento substancial da classe média brasileira, que subiu de 44,19% da população em abril de 2002 para 51,89% em abril de 2008, um aumento de cerca de quatro milhões de pessoas. No mesmo período, o número de pobres e remediados diminuiu, passando de 42,82% para 32,89% da população, ou seja, mais de dois milhões de pessoas saíram da pobreza nos últimos anos. Segundo os especialistas, tais resultados são fruto do aumento do número de empregos com carteira assinada. Nos últimos 12 meses, foram gerados 1,8 milhão de novos postos de trabalho. “Os resultados para o país são positivos e extremamente favoráveis aos trabalhadores. Por que vamos trocar o certo pelo duvidoso?”, disse. Outro dado importante levado em consideração pelo parlamentar é que, se adotada, a Convenção só poderia ser “cancelada” em 2015, ou seja, mesmo insatisfeito, o país teria que respeitá-la até esta data.